

2

Atrofia burocrática

Se de verdade o Governo estadual estivesse interessado em reduzir o já grave déficit de vagas na rede oficial de ensino se mostraria mais empenhado em levar adiante o projeto de Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar e do Ensino Fundamental, que prevê a criação de mais 290 salas de aulas em todo o Estado. No entanto, apesar de o projeto - a única proposta existente de melhoria da oferta - encaixar-se perfeitamente dentro das urgências do momento e contar com o interesse já manifesto do Governo federal, ainda se encontra no papel e, como outras iniciativas no setor, vê-se às voltas com a atrofiada burocracia.

Nesta fase, caberia ao Governo adotar mais agilidade na conclusão da proposta e envidar todo o esforço possível para captar os financiamentos necessários às obras. Inclusive, pelo que a iniciativa representará para a Educação no Espírito Santo, caberia agora a mobilização de todas as forças para que a

concretização se desse já a partir do início do próximo ano letivo.

O projeto de Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar e do Ensino Fundamental, segundo anunciou o próprio Governo, tem como um de seus objetivos atacar de forma radical o analfabetismo infantil e as crônicas causas do alto índice de reprovação e evasão escolar. Sua proposta se baseia em pesquisas de campos que confirmaram a tese de que a alta repetência dos estudantes no início do primeiro grau é causa fundamental da alta taxa de abandono da escola.

Outra meta prevista é a de reduzir a pressão da demanda por vagas, criando condições de maior absorção de alunos no primeiro grau em sete municípios do interior e nos cinco da Grande Vitória. No interior vão ser beneficiados, a partir da implantação do projeto, Guarapari, Cachoeiro, Aracruz, Colatina, Linhares, São Mateus e Nova Venécia, onde o problema da falta de vagas é

maior. Mas, posteriormente, a iniciativa será ampliada, de acordo com as necessidades apresentadas.

Na verdade, o projeto é uma das poucas iniciativas concretas de melhoria das condições do ensino público em nível estadual que foram idealizadas e que podem, efetivamente, minimizar os inúmeros problemas do setor. Falta apenas dar-lhe continuidade e fazê-lo cumprir as novas etapas até a sua concretização. Uma dessas etapas é a da aprovação do financiamento do Banco Mundial, cuja parcela, conforme ainda o próprio Governo, é de US\$ 25 milhões.

Portanto, se na ótica do Governo o projeto é importante e se para a política de educação é imperioso, nada mais resta do que a conjugação de esforços para que o mais rápido possível a proposta se transforme em realidade. Iniciativas como esta não podem ficar na dependência da burocracia insensível.